

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Só fazer um registro, deputado Luiz Fernando. Eu nunca interferi - a minha Presidência, seja na primeira gestão ou nesta - sobre qual comissão projetos vão ou não vão. Cem por cento das deliberações são de ordem técnica da Secretaria Geral Parlamentar, que determina onde passa.

Agora, já adianto, quando chegam projetos dessa natureza, independente da posição da Secretaria Geral Parlamentar, pode o deputado requerer que os projetos também passem por determinadas comissões. Hoje mesmo eu avaleiei dois requerimentos nesse sentido, esses sim sou eu que defiro ou indefiro, claro, obedecendo os padrões técnicos da Secretaria Geral Parlamentar. Já deferi vários e já indeferi vários.

Então, já faço a V. Exa., primeiro, uma sugestão. Fale com o Rodrigo, para discutir por que isso não aconteceu. Acho que ele tem os fundamentos técnicos para lhe passar. Segundo, tendo a comissão interesse em algum projeto, requeira, solicite que esse projeto tramite também na Comissão de Infraestrutura.

O SR. LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - O senhor me permite, Sr. Presidente, creio eu que isso tenha passado batido pela SGP, porque eu pude pedir para o jurídico que me assessora verificar, e a única comissão que tem essa prerrogativa de analisar esses assuntos é a Comissão de Infraestrutura, e a SGP não tem passado.

Eu vou fazer esse requerimento, vou falar com o Rodrigo. O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O Rodrigo procurará V. Exa. para tratar desse tema. Perfeito?

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Altair. Inclusive, um dos projetos que discutimos hoje é um projeto de Vossa Excelência, uma solicitação para que passe por outra comissão também. Deputado Altair tem a palavra.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Eu gostaria de falar pelo Art. 82.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Em nome da liderança do Republicanos, V. Exa. tem a palavra. O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Pela ordem, Sr. Presidente., gostaria de fazer uma comunicação, enquanto...

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Dou a palavra a Vossa Excelência.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - PARA COMUNICAÇÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente. Apenas para denunciar a esta Casa a forma ditatorial com que a presidente da Comissão de Direitos Humanos tem tratado os trabalhos na comissão. Ela acha que ela é a última a dar a palavra e acabou. Tudo permanece da forma como ela quer.

Infelizmente, hoje, em uma discussão enquanto nós estávamos fazendo... A respeito do que aconteceu, já que envolvendo direitos humanos no Rio de Janeiro, que, de forma heroica a Polícia Militar do Rio de Janeiro, fez com que aquele bandido não vitimasse dezenas e dezenas de pessoas que estavam dentro do ônibus.

A deputada achou que a última palavra dela é a que vale-ria, e os outros que pediram pela ordem, para poder comunicar e defender a atuação da Polícia Militar, não tinham voz, não tinham vez. Essa é a democracia que o PT tanto defende.

Inclusive, eu gostaria também de anunciar que eu entrarei com representação do Conselho de Ética contra a deputada, porque o nosso Regimento é claro ao dizer que nenhuma deputada ou deputado poderá referir-se à Assembleia ou qualquer de seus membros, e, de modo geral, a qualquer representante do Poder Público - e aqui não diz se é do estado de São Paulo ou fora do estado de São Paulo - em forma descortês ou injuriosa, e a deputada Beth Sahnó chamou o Witzel de fascista.

Então, enquanto ela não provar que, de fato, o Witzel é fascista, no termo, que muitos deles não fazem ideia do que é, ela será representada, sim, no Conselho de Ética, e terá que responder por isso. Não é possível que nós tenhamos que ter polidez no discurso, e eles simplesmente entram nesta Assembleia e falam o que bem entenderem.

Aproveitando também a fala do nobre deputado Gilmaci, a respeito desse PL que foi protocolado no Congresso Nacional, que abre as portas do Brasil à poligamia, à pedofilia, que abre as portas do Brasil ao incesto. Senhores, quem protocolou esse projeto foi o deputado federal Orlando Silva, do PCdoB, que fique registrado, Partido Comunista do Brasil.

Então, os comunistas não querem nada além de destruir as famílias, de destruir o que nós temos por valores, por princípios, e trazer o que há de pior neste país. Então, fica aqui registrado também meu repúdio a esse PL nojento. Não tem outra palavra, a não ser essa. É um PL nojento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Com a palavra o deputado Altair.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS — PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos que estão aqui na galeria, os funcionários, eu venho falar de uma nojeira, porque eu me recuso a chamar esse tipo de coisa de projeto. Para mim, é imoralidade, para não falar outras coisas piores.

Vou ler um pouco, para as pessoas em casa entenderem também. O Projeto de lei nº 3.369, de 2015, do Orlando Silva, do PCdoB, reconhece como família todas as formas de união entre duas ou mais pessoas, independente de consanguinidade, e será votado na comissão da Câmara dos Deputados em Brasília na próxima quarta-feira.
* * *

- Assume a Presidência o Sr. Gilmaci Santos.

* * *

Por esta regra, estariam regulamentados os casamentos que podem incluir, por exemplo, os pais com seus filhos, o pai com sua filha, a mãe com a sua filha, mãe com filhos, ou qualquer combinação entre pais e filhos. Pasmem vocês, onde é que a gente está parando.

Nós estamos vivendo em uma sociedade bizarra, com pessoas com pensamentos inescrupulosos, há dez vergonha de falar esse tipo de coisa aqui, mas a gente vai falar, porque enquanto tem gente que trabalha pelo mal, pelo que é errado, têm aqueles que trabalham pelo que é certo.

Bom, incluindo mais pessoas dentro ou fora da família, com infinitas possibilidades, como o casamento do pai com várias filhas e dos filhos com os pais. Outras pessoas fora da família, da mãe e dos filhos. Bom, e assim vai essa canalhice essa cachorrada.

Eu só acho uma coisa, senhores, que é simplesmente inaceitável. No mínimo inaceitável; no mínimo, inaceitável. A Constituição Federal deixa bem claro - bem claro! - que a família é o homem e a mulher. Isso está claro no Art. 226.

Pergunto uma coisa: onde é que vamos chegar com uma aberração dessas, com uma nojeira dessas? Deixo aqui a minha nota de repúdio. Sou a favor, sim, da família tradicional. Sou a favor, sim, do pai, da mãe e sua prole, seus filhos. Sou totalmente contra essa nojeira, essa podridão que foi feita aqui. Vamos trabalhar forte contra isso, contra essa porcaria. Não vou chamar de projeto: é porcaria.

A minha amiga deputada Janaina colocou a sua opinião e o Orlando falou que iria processá-la. Pode me processar também, não tem problema nenhum. Não tenho medo de processo nenhum. Uma coisa é certa: vamos falar o que é certo aqui. Nós vivemos em uma sociedade bizarra onde o certo é errado. Se as pessoas têm opinião diferente, a gente respeita, mas não podemos rasgar a Constituição Federal. Isso é uma aberração. Uma aberração! Vou falar, vou me posicionar. O meu partido, Republicanos, é totalmente contra. Vamos trabalhar forte.

Lembre-se de uma coisa, Orlando: nós não vamos deixar isso de graça, pode ter certeza. Sou a favor da família tradicional e vou lutar por isso.

Obrigado a todos. (Manifestação nas galerias.)

A SRA. DRA. DAMARIS MOURA - PHS - Sr. Presidente, quero falar pelo Art. 82.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Tem V. Exa. o tempo regimental para usar a tribuna.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Para uma comunicação, presidente?

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Enquanto a deputada chega à tribuna, tem V. Exa. o tempo regimental.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - PARA COMUNICAÇÃO - Obrigado, presidente. Carlão, sobre o convite, sabemos que o PL 40, de 2019, foi aprovado por esta Casa, foi unânime. É um projeto humanitário que deixaria de interromper a pensão às viúvas de policiais militares.

O governo vetou por um relatório que a SPPrev fez e o senhor sabe que o que o coronel colocou lá, o que cuida da Pasta, não condiz com a realidade que acontece. Ele colocou que, em 20 dias, pagam a pensão à pensionista, mas não pagam.

Então, vamos convidá-lo à Comissão de Segurança Pública sob o Art. 26 da Constituição Estadual, responsabilizando-o se houver alguma informação inverídica. Eu já disse que vou mandar ao Ministério Público se ele não trouxer aquilo que realmente condiz com a verdade.

Quanto ao depoimento do deputado Wellington, eu concordo com ele. Na minha residência, menino usa azul e menina usa rosa. Sou tradicional e temos que preservar a família. Por isso o meu slogan da campanha era “Deus, Família e Pátria”. Sem Deus não há família e sem família jamais haverá uma pátria. Então, concordo. Posso dizer que o Avante de São Paulo estará contra esse projeto e vamos tentar sensibilizar os deputados federais também.

Obrigado, presidente. (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Com a palavra a deputada Dra. Damaris.

A SRA. DRA. DAMARIS MOURA - PHS - PELO ART. 82 - Boa tarde a todos, colegas deputados, servidores da Casa, Mesa, policiais militares que fazem nossa segurança, a todos que nos ouvem da galeria, bem como aos que nos ouvem pela TV Assembleia.

Eu não poderia deixar também de registrar a minha profunda preocupação com o PL que já foi mencionado pelos colegas que me antecederam, o PL 3.369, de 2015, de autoria do deputado Orlando Silva. Esse PL é, no mínimo, preocupante, para não dizer inconstitucional.

Os meus registros serão... Vou caminhar pela via constitucional para entendermos o que significa, na Constituição Federal Brasileira, uma entidade familiar. A preocupação com o PL... Quero reproduzir aqui o Art. 2º. Já foi trazido ao conhecimento de todos, mas quero reproduzi-lo aqui novamente: “São reconhecidas como famílias todas as formas de união entre duas ou mais pessoas”.

A união considerada constitucionalmente exige o animus ou o afeto conjugal, o “affectio maritalis”. Existe o ânimo de formar uma sociedade conjugal. Isso é união nos termos constitucionais, tanto é que o Art. 226 da Constituição Federal, que trata exatamente da família, em seu §3º... Eu queria primeiro trazer o §3º e depois o 4º.

O §3º diz que “para efeito de proteção do estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento”. Mas o §4º é ainda mais esclarecedor sobre o que trata a entidade familiar na Constituição Federal: “Entende-se também como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”.

O §3º tratou de um homem e uma mulher unidos para formar um casamento. Mas o §4º também considerou uma entidade; não considerou uma união. Vamos lá: a união constitucionalmente é compreendida como a intenção de um homem e uma mulher, constitucionalmente, com o “affectio maritalis”, ou afeição conjugal, de formarem esta união matrimonial. Mas o §4º considerou não uma união, considerou também uma entidade familiar qualquer um dos pais - pai ou mãe - e seus descendentes. Essa também é uma entidade familiar. Mas quando falou de união, falou exatamente do animus conjugal.

Então, vou retornar ao PL 3.365: “Art. 2º. São reconhecidas como famílias todas as formas de união entre duas ou mais pessoas que, para este fim, se constituem e se baseiam no amor, na socioafetividade, independentemente de consanguinidade”.

Esse é outro aspecto muito preocupante e talvez o que mais me preocupe agora: “A família é a união de duas ou mais pessoas independentemente de consanguinidade.” Eu apresentei que a melhor interpretação do texto constitucional é que união é o animus matrimonial de um homem e uma mulher. Entidade familiar, também considerada família, pode ser um dos pais com seus descendentes. Entidade, não união.

Quando a Lei nº 3.365, no Art. 2º, traz “união entre duas ou mais pessoas, independentemente de consanguinidade”, a mim parece ou que o texto foi elaborado de forma não esclarecedora - e pode ser reelaborado - ou, de fato, estamos entendendo o que está dito aqui, de que uma união entre duas ou mais pessoas, independentemente dos laços de consanguinidade, deve ser legalizada pelo Estado como família. Eu estou bastante preocupada e ansiosa até, porque penso que talvez haja uma elucidação maior do propósito dessa legislação, mas a Constituição Federal já conceituou família, a menos que nós alteremos a Constituição Federal e tragamos aqui um novo conceito de união ou de unidade familiar.

O SR. GIL DINIZ - PSL - Sr. Presidente, para indicar o vice-líder da bancada do PSL, Major Mecca, para falar pelo Art. 82.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - É regimental. Tem o Major Mecca o tempo regimental para falar pelo Art. 82, pela liderança do PSL.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Sr. Presidente, um aviso, para comunicação.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Tem V. Exa. a palavra, enquanto o Major Mecca se dirige à tribuna.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - PARA COMUNICAÇÃO - Quero deixar registrado aqui, Sr. Presidente, pessoal da Casa, que hoje, dia 20 do mês de agosto, é comemorado o Dia do Maçom. Então eu quero parabenizar todos os maçons aqui do estado, do Brasil e do mundo. É um dia comemorado porque a Maçonaria ajuda muito, é uma instituição filantrópica que ajuda muito a nação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado. Tem a palavra o Major Mecca pelo Art. 82, pela liderança do PSL.

O SR. MAJOR MECCA - PSL - PELO ART. 82 - Uma boa tarde às senhoras e aos senhores deputados, à Mesa, aos nossos irmãos da galeria novamente. É uma grata satisfação recebê-los aqui. Os senhores saibam e tenham a certeza de que a cadeira legislativa que ocupamos é dos senhores também. Estamos aqui através do voto de todos vocês e temos um compromisso com vocês em levar adiante leis que os acolham, os recepcionem e deem o direito à dignidade que todos os senhores merecem, os senhores e suas famílias.

Contem com nosso incansável trabalho para que a PEC 02 seja pautada aqui nesta Casa e seja votada. É o mínimo que o Estado pode fazer em reconhecimento à dignidade desses homens e mulheres que defendem e protegem a vida dos cidadãos paulistas, muitos derramando seu sangue no asfalto, no chão batido de São Paulo, para proteger o cidadão de bem.

Eu gostaria que os senhores assistissem agora ao depoimento de um policial militar cadeirante. Na Polícia Militar, hoje, são mais de sete mil policiais militares cadeirantes. Assistam à fala desse homem de bem, esse homem de família que está numa cadeira por proteger o povo de São Paulo, por favor.

* * *
- É exibido o vídeo.
* * *

O SR. MAJOR MECCA - PSL - Obrigado. (Manifestação nas galerias.) Senhores, esse é o sargento Figueiredo, presidente da Associação dos Policiais Militares. Soldado Figueiredo, muito obrigado. Por mim, ele seria sargento ou até oficial, pelo grande herói que ele foi e é, porque está vivo e é presidente da Associação dos Policiais Militares Deficientes Físicos. Ele cita ali uma dificuldade até em angariar associados, porque esses policiais são deficientes físicos, e é essa associação que lhes dá suporte.

O que eles ganham como salário, eles acabam tendo por volta de 30 a 40% de acréscimo de gastos em medicamentos e em outros materiais que precisam consumir mensalmente, aquisição de cadeira de rodas, e é a Associação dos Deficientes Físicos que dá esse suporte a eles, suporte que deveria ser dado pelo Estado, e não é. A dificuldade que a associação tem hoje de ter associados, sabem qual é? É porque o holerite dos policiais militares já está esgotado com tantos financiamentos e não tem mais como se descontar.

Então, para concluir, Sr. Presidente, nós estamos apresentando um projeto de lei complementar que dispõe sobre o acréscimo de 25% do valor da aposentadoria por invalidez do servidor público estadual e militar do estado de São Paulo que vieram a tornar-se pessoa com deficiência física em razão da atividade que exerce. Muito obrigado a todos.

O SR. TENENTE COIMBRA - PSL - Sr. Presidente, para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Tem V. Exa. o tempo regimental.

O SR. TENENTE COIMBRA - PSL - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, estava olhando aqui a internet e acabei de ver uma notícia que confirmou que Haddad é Lula e Lula é Haddad. Não é à toa que o ex-prefeito de São Paulo foi condenado pela Justiça Eleitoral pelo crime de caixa 2 por quatro anos de prisão em regime semiaberto.

Então eu queria agradecer publicamente aos 55 milhões de brasileiros que votaram no nosso presidente Jair Messias Bolsonaro e nos livraram desse poste e desse criminoso. Então eu agradeço ao 55 milhões de brasileiros por terem tirado o aparelhamento mais uma vez do PT. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Sr. Presidente, para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Tem V. Exa.o tempo regimental para uma comunicação.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o presidente Lula é vítima de uma corja de bandidos liderada pelo Sergio Moro neste país, liderada pelo Sergio Moro neste país quando era juiz lá em Curitiba. Eu disse isso não foi hoje, eu disse isso aqui em 2015 - o deputado Gilmaci Santos é testemunha disso -, que, se ele não fosse corrupto, no mínimo era mal intencionado. E provou-se que ele fazia toda uma estratégia jurídica para tirar o Lula da disputa presidencial, porque ele ganhava, de dentro da cadeia derrotava qualquer um dos candidatos existentes.

Então o Fernando Haddad está sofrendo da mesma perseguição política do Poder Judiciário, de parte da grande imprensa, de parte dos partidos de direita, de parte do Ministério Público, de parte do Poder Judiciário, de parte da Polícia Federal. Nós vamos enfrentar esse debate durante quatro anos muito tranquilos. Nós vamos debater o tempo todo.

Nós vamos mostrar para vocês e provar para vocês e eu quero ver daqui a seis meses se vocês vão ter coragem de defender o Bolsonaro, porque o laranjal já começou. Começaram a balançar o laranjal. Nós não estamos falando ainda da Val do Açai; não estamos falando da “personal trainer” da Nathalia.

Nós vamos entrar nesse debate e estamos falando de um presidente que acabou de enterrar 76 anos de história com um pedido que ele mandou para a Câmara dos Deputados pedindo que o único descanso semanal remunerado que o trabalhador tinha, que era ao domingo, e se ele trabalhasse no domingo tinha uma hora extra de 100%, ele está acabando com isso. E o pedido era para serem sete semanas para ter um domingo de folga.

Agora são quatro semanas para ter um domingo de folga e ele só receberá o adicional de hora extra se ele não for folgar na terça-feira, porque se ele folgar na terça-feira, não recebe nada. Presidente, nós vamos debater com a maior tranquilidade. O Fernando Haddad vai se defender. Nós vamos provar; a história mostrará que os fascistas não passarão.

O SR. GIL DINIZ - PSL - PARA COMUNICAÇÃO - Eu gostaria de perguntar ao nobre deputado Barba, líder do PT nesta Casa Legislativa, se o Palocci sofre do mesmo mal que os outros petistas sofrem também; sendo perseguido pela Justiça, pelo aparelhamento da Justiça neste País.

Porque não é possível que esses juizes estejam perseguindo. Como o deputado Coimbra falou, o Lula já foi condenado em primeira, em segunda instância, já tentou de todas as ferreamentas para se livrar da cadeia e continua preso. Agora nós apelidamos até carinhosamente o Haddad de “poste do Lula”. Acho que ele gosta até do apelido. Perdeu na urna, perdeu no voto para o presidente Jair Messias Bolsonaro e o presidente foi eleito, claro.

Gostaria de perguntar se esses outros petistas também sofrem do mesmo mal, porque não é possível virem defender esses outros condenados pela Justiça. Nós precisamos perguntar. Eu aproveito para fazer uma sugestão aos nobres deputados do PT para acrescentar o nome do Haddad também no sobrenome, já que ele disputou a Presidência da República. Coloquem aí: nome, sobrenome, Lula, Haddad.

Fica aí a homenagem ao poste do ex-presidente condenado pela Justiça Luiz Inácio Lula da Silva. Muito obrigado.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - O tempo é o que dará as respostas, mas eu queria ajudar o deputado Gil. O Fernando Haddad teve 47 milhões de votos, foi para o segundo turno e quase ganha do presidente Bolsonaro. Por que quase ganha? Primeiro, porque a gente não teve debates.

O presidente Bolsonaro foi a alguns, precisou escrever na mão o que ia falar. Depois deixou de ir porque teve um incidente gravíssimo que o PT e outros partidos reconheceram e a campanha se deu dessa forma. Depois de eleito, a gente vai conhecer quem foi eleito. É o presidente que interfere nos órgãos controladores. É presidente que sugere que o senhor faça o número dois um dia sim, um dia não.

É o presidente que se preocupa com o Coaf. É o presidente que se preocupa com os dados de desmatamento que são mentirosos. É o presidente que, por exemplo, não sabe onde está o Queiroz. Isso me deixa muito preocupado. Aliás, eu vou dizer mais, que devia preocupar os senhores.

A base do presidente, os 57 milhões de votos, está se reduzindo de forma tão rápida, avassaladora, que quem sabe daqui a algum tempo não tenha mais nem os 30% que reconhecem o presidente como um bom presidente. Por quê? Porque ele tem demonstrado todos os dias a sua incapacidade, a sua incoerência. Aliás, o Bebianno tem dado entrevistas todos os dias.

O Bebianno que era o cara lá da coordenação. A última que ele disse foi: o Bolsonaro é o cara que deixa o soldado esfaqueado no caminho. Aliás, é o contrário. Se ele puder, ele vai esfaqueá-lo. O Bebianno é um exemplo disso. Aliás, eu queria terminar fazendo uma homenagem ao Haddad, que não se rendeu às ameaças, que não teve medo, que fez a campanha que disputou.

Das decisões de condenação ou não, cabe recurso. Não é uma decisão final. Aliás, a decisão inclusive é só parcial por uma observação que o juiz fez. Eu queria propor que o senhor, Gil Diniz, e os seus deputados, colocassem no nome “Bolsonaro” para que a gente pudesse gravar até o final do mandato como é que vão ser esses próximos anos de gestão. Eu deixo a sugestão para o senhor.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, é insuportável ver essa briguinha de comadre entre PT e PSL. Espere um pouco, Sr. Presidente. Tem alguém preocupado com essa briga entre PT e PSL? Vai melhorar a Educação? Vai acabar a fome ou vamos ter Saúde?

Por isso eu vim falar de um tema totalmente diferente só para esse pessoal do PSL e do PT não pensar que mandam na Casa - que não mandam. Infelizmente, o PSDB depois que filiou o Frota, sumiu. Desapareceu o PSDB. Depois que filiou aquele bandido, sumiu. Onde que está o PSDB? Nem para defender o Geraldo eles vieram. Sr. Presidente, eu vim falar sobre outro assunto.

Um dirigente sindical do Sindicato dos Agentes Fiscais de Renda manifestou a sua opinião numa reunião da categoria. O que aconteceu? Lá de cima, o secretário da Fazenda e seus parceiros puniram o fiscal Leandro Ferro só porque ele usou da prerrogativa que ele tem de ser dirigente sindical e defender a sua categoria. Eu quero manifestar a minha repulsa, a minha indignação.

Não é assim que se faz política. Deixe o dirigente sindical expressar a sua opinião, como ouvimos agora o meu amigo Sargento Neri, o Major Mecca, defendendo a categoria que eles tanto amam. Vão ser punidos por causa disso? Quero apresentar a minha solidariedade ao líder sindical Leandro Ferro, porque ele tem todo o direito de se expressar.

E ao mesmo tempo, quero reiterar o que eu disse há pouco da tribuna. O senhor ator pornográfico, bandido, delinquente... Eu estou aguardando que ele me processe. Eu quero ter na minha biografia escrito lá: “Foi processado por Alexandre Frota, o deputado pornográfico”. E acabo de saber que o PSL poderia de bom grado aceitar de retorno o Alexandre Frota.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Havendo acordo de lide-ranças, solicito de V. Exa. o levantamento dos presentes trabalhos.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - É regimental, Sr. Deputado. Havendo, então, acordo de lideranças em plenário, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje. Lembrando-os, ainda, da sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 18 horas.

* * *

20 DE AGOSTO DE 2019 34ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CAUÊ MACRIS
RESUMO
<p>ORDEM DO DIA</p> <p>1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS</p> <p>Abre a sessão. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PR 25/19. Encerra a sessão.</p> <p>* * *</p> <p>- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.</p> <p>* * *</p> <p>O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.</p> <p>* * *</p> <p>- Passa-se à</p>

ORDEM DO DIA
<p>* * *</p> <p>O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Em discussão o Projeto de resolução 25, de 2019. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o projeto. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Aprovado.</p> <p>Esgotado o objeto da presente sessão, lembro os Srs. Deputados que em dez minutos teremos a segunda sessão extraordinária.</p> <p>Está levantada a sessão.</p> <p>* * *</p> <p>- Encerra-se a sessão às 19 horas e 02 minutos.</p> <p>* * *</p>

20 DE AGOSTO DE 2019 35ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CAUÊ MACRIS
Secretaria: TENENTE NASCIMENTO, WELLINGTON MOURA, RICARDO MADALENA, MARTA COSTA, SARGENTO NERI, THIAGO AURICCHIO e FERNANDO CURY

RESUMO
<p>ORDEM DO DIA</p> <p>1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS</p> <p>Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 727/19.</p> <p>2 - CAMPOS MACHADO</p> <p>Solicita verificação de presença.</p> <p>3 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS</p> <p>Indefere o pedido, ante a constatação de quórum.</p> <p>4 - CAMPOS MACHADO</p> <p>Solicita verificação de presença.</p> <p>5 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS</p> <p>Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, interrompida quando verificado quórum.</p> <p>6 - TENENTE COIMBRA</p> <p>Discute o PL 727/19.</p> <p>7 - MÁRCIA LULA LIA</p> <p>Discute o PL 727/19.</p> <p>8 - DOUGLAS GARCIA</p> <p>Discute o PL 727/19 (aparteado pelos deputados Carlão Pignatari e Paulo Lula Fiorillo).</p> <p>9 - TEONILIO BARBA LULA</p> <p>Para comunicação, reflete acerca da possibilidade de instauração da sexta CPI nesta Casa, no presente ano.</p>